

Revista Brasileira de Estudos Políticos

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

A RBEP é editada semestralmente sob os auspícios do Conselho Universitário da UFMG, conforme decisão do Plenário de 29 de fevereiro de 1956, Faculdade de Direito da UFMG e Fundação Valle Ferreira.

A RBEP está registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte sob nº 132, Livro B-1, fl. 21, a 9 de outubro de 1956.

Registrada no Departamento Nacional de Propriedade Industrial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio sob o nº 224.170.

Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in HISTORICAL ABSTRACTS and/or AMERICA : HISTORY AND LIFE; and in HISPANIC AMERICAN PERIODICALS INDEX.

This journal is currently listed in Ulrich's Periodicals Directory, RVBI, Latindex, CLASE, Crossref, HeinOnline, Electronic Journals Library - EZB, WorldCat, Information Matrix for the Analysis of Journals - MIAR, IBZ Online, Blook e International Bibliography of Social Sciences.

Revista brasileira de estudos políticos (RBEP) – 1956.

– Belo Horizonte.

ISSN: 0034-7191

Periodicidade: semestral

1. Ciência política – Periódicos – Faculdade de Direito da UFMG

CDU - 32

CDU - 320

EDITORA CHEFE: *Prof.^o Dr.^a Jamile Bergamaschine Mata Diz*

ASSISTENTE EDITORIAL: *Karen Mendonça e Pedro Bravo*

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: *Júnior Sena*

FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

Av. João Pinheiro, 100 - 12º andar, sala 1206 - Centro

30.130-180 - Belo Horizonte / MG - Brasil

Telefax: (31) 3409-8641

rbep@direito.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

Revista Brasileira de Estudos Políticos

ORLANDO MAGALHÃES CARVALHO (1910-1998)

Fundador, *in memoriam*

PROF^A. DR^A. SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA

Reitora da UFMG

PROF. DR. ALESSANDRO FERNANDES MOREIRA

Vice-Reitor da UFMG

PROF. DR. HERMES VILCHEZ GUERRERO

Diretor da Faculdade de Direito da UFMG

PROF^A. DR^A. MÔNICA SETTE LOPES

Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UFMG

PROF^A. DR^A. JAMILE BERGAMASCHINE MATA DIZ

Diretora da Revista Brasileira de Estudos Políticos

CORPO EDITORIAL

Prof. Dr. Carlos Francisco Molina Del Pozo (Universidad de Alcalá)

Prof. Dr. Jean Christophe Merle (Universidade de Saarbrücken)

Prof. Dr. Jorge Miranda (Universidade de Lisboa)

Prof. Dr. José Pedro de Matos Paiva (Universidade de Coimbra)

Prof. Dr. Juan Antonio García Amado (Universidad de León)

Prof. Dr. Klaus Günther (Universidade Frankfurt)

Prof. Dr. Manuel Atienza (Universidade de Alicante)

Prof. Dr. Michel Rosenfeld (Benjamin N. Cardozo School of Law)

Prof. Dr. Newton Bignotto (Universidade Federal de Minas Gerais)

Prof. Dr. Otfried Höffe (Universidade de Tübingen)

Prof. Dr. Raffaele di Giorgi (Universidade de Lecce)

Prof. Dr. Sacha Calmon Navarro Coelho (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Tércio Sampaio Ferraz Júnior (Universidade de São Paulo)

Prof. Dr. Ulrich K. Preuss (Universidade Livre de Berlim)

Revista Brasileira de Estudos Políticos

(Fundada em 1956)

Belo Horizonte | n. 128 | jan./jun. 2024

CONSELHO CIENTÍFICO

Profa. Dra. Aida Kemelmajer de Carlucci (Universidad de Mendoza)
Prof. Dr. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Alexandre Franco de Sá (Universidade de Coimbra)
Prof. Dr. Alexandre Pimenta Batista Pereira (Universidade Federal de Viçosa)
Prof. Dr. Antal Visegrády (Universidade de Pécs, Hungria)
Prof. Dr. Antonio Giménez Merino (Universidade de Barcelona)
Prof. Dr. Arnaldo Bastos Santos (Universidade Federal de Goiás)
Prof. Dr. Arno Dal Ri Júnior (Universidade Federal de Santa Catarina)
Prof. Dr. Bruno Amaro Lacerda (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Prof. Dr. Carlos Eduardo de Abreu Boucault (Universidade Estadual Paulista)
Prof. Dr. Carlos Miguel Herrera (Universidade de Cergy-Pontoise)
Prof. Dr. Daniel Nascimento (Universidade Federal Fluminense)
Prof. Dr. Delamar José Volpato Dutra (Universidade Federal de Santa Catarina)
Prof. Dr. Geraldo Ribeiro de Sá (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Prof. Dr. Gonçal Mayor Solsona (Universidade de Barcelona)
Prof. Dr. José Antonio Moreno Molina (Universidad de Castilla-La Mancha)
Prof. Dr. Jose Luiz Borges Horta (Universidade Federal de Minas Gerais)
Prof. Dr. Lyslei Nascimento (Universidade Federal de Minas Gerais)
Prof. Dr. Marcello Di Filippo (Università di Pisa)
Prof. Dr. Marco Antônio Casanova (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Noel Struchiner (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho (Universidade de São Paulo)
Profa. Dra. Salete Oro Boff (Universidade de Santa Cruz do Sul)
Profa. Dra. Soraya Regina Gasparetto Lunardi (Universidade Estadual Paulista)
Prof. Dr. Roberto Bueno Pinto (Universidade Federal de Uberlândia)

Sumário

<i>Editorial</i>	9
A população e a estrutura domiciliar de uma capital provincial: São Paulo, 1804 a 1829 <i>Herbert Sanford Klein</i> <i>Francisco Vidal Luna</i>	15
Constitucionalismo transformador e Direito Internacional de Investimento <i>Carlos Bernal Pulido</i>	71
L'ammodernamento del diritto delle successioni alla luce dei cambiamenti sociali e demografici: Un punto di vista italiano <i>Mauro Tescaro</i>	113
Governança e boas práticas na Lei Geral de Proteção de Dados por meio da conformidade, da gestão de riscos e da <i>accountability</i> <i>Grace Ladeira Garbaccio</i> <i>Flávia Lubieska Neves Kischelewski</i>	155
As bases da capacidade governativa e a imprescindibilidade da inserção popular <i>Emerson Ademir Borges De Oliveira</i>	197
Os tribunais de contas do Brasil: uma nova agenda de atuação baseada em releitura da matriz de competência do sistema de controle externo <i>Antonio Blecaute Costa Barbosa</i>	223
Judicialização da Saúde e Gestão Social: interfaces entre Estado e sociedade <i>Andrielly Gomes De Jesus</i> <i>Helierson Gomes</i> <i>Helga Midori Iwamoto</i> <i>Airton Cardoso Cançado</i>	279
A ADI 3239, interseccionalidade e o critério da autoatribuição: uma reflexão baseada em Fraser <i>Maria Eugênia Bunchaft</i>	319
Direito humano a qual desenvolvimento? Uma arqueologia da construção do desenvolvimento sustentável pluridimensional <i>Giovanni Olsson</i> <i>Eduardo Baldissera Carvalho Salles</i>	363
A deferência do STF à administração pública no Brasil constitui um problema? Causas e sintomas da insatisfação ao comportamento deferente <i>Fabiano Teodoro De Rezende Lara</i> <i>Daniel Dos Santos Rodrigues</i>	423

O direito da pessoa com deficiência visual à mobilidade urbana:
o enfoque objetivo de desenvolvimento sustentável nº 11 da Agenda
Global - 2030

Maria Das Graças Ferraz Bezerra

Edna Cristina Cavalcante Santos 465

Aurora da Filosofia da Tecnologia em Ernst Kapp e Gilbert
Simondon para um esboço crítico ao estágio atual da *experiência técnica*

Mariah Brochado Ferreira 507

O poder da assembleia no exercício da tolerância: os efeitos da
discriminação racial sobre a “Bolha da NBA”

Cinthia Obladen De Almendra Freitas

Leonardo Rafael De Souza 559

O Supremo Tribunal Federal e a opinião pública: formas de
fortalecimento institucional

Estefânia Maria De Queiroz Barboza

Kamila Maria Strapasson 611

Cooperação entre os entes federados e a contração de dívidas
sob a luz do princípio da solidariedade: o caso do Rio Grande do Sul

Guilherme Camargo Massau

Pedro Olavo Satta Alam..... 653

Protocolos de intenção firmados entre a Administração Pública
e empresas privadas e seu conteúdo de vinculação: regime jurídico
dos contratos de fomento no Brasil

Luciano De Araújo Ferraz 689

A crise do Estado Social e a Pandemia do Coronavírus: uma
análise comparativa entre as medidas trabalhistas adotadas durante
a pandemia no Brasil, Portugal e Espanha

Alexandre Castro Coura

Cássius Guimarães Chai

Gerlis Prata Surlo 705

Quanto custa um Pacto Constitucional? Reflexões sobre a
constitucionalização do Neoliberalismo no Brasil a partir da Emenda
Constitucional nº 95/2016.

Eric Ian Oliveira Guimarães

Pablo Georges Cícero Fraga Leurquin

Felipe Araújo Castro 741

Normas para os colaboradores..... 773

Summary

<i>Editorial</i>	9
The population and household structure of a provincial capital: São Paulo, 1804 to 1829	
<i>Herbert Sanford Klein</i>	
<i>Francisco Vidal Luna</i>	15
Transformative constitutionalism and International Investment Law	
<i>Carlos Bernal Pulido</i>	71
The modernization of succession law in light of social and demographic changes: An italian perspective	
<i>Mauro Tescaro</i>	113
Governance and best practices at LGPD trough compliance, risk management and <i>accountability</i>	
<i>Grace Ladeira Garbaccio</i>	
<i>Flávia Lubieska Neves Kischelewski</i>	155
The grounds of government capacity and the necessary popular participation	
<i>Emerson Ademir Borges De Oliveira</i>	197
The court of auditors of Brazil: a new agenda for action based on a rereading of the competence matrix of the external control system	
<i>Antonio Blecaute Costa Barbosa</i>	223
Judicialization of Health and Social Management: interfaces between State and society	
<i>Andrielly Gomes De Jesus</i>	
<i>Helierson Gomes</i>	
<i>Helga Midori Iwamoto</i>	
<i>Airton Cardoso Cançado</i>	279
The Direct Action Of Unconstitutionality number 3239, intersectionality and the self-attribution criterion: an insight based on Fraser	
<i>Maria Eugênia Bunchaft</i>	319
Human right to what development? An archeology to pluridimensional sustainable development building	
<i>Giovanni Olsson</i>	
<i>Eduardo Baldissera Carvalho Salles</i>	363
Is the STF's deference to public administration in Brazil a problem? Causes and symptoms of dissatisfaction with deferential behavior	
<i>Fabiano Teodoro De Rezende Lara</i>	
<i>Daniel Dos Santos Rodrigues</i>	423

The right of people with visual disabilities to urban mobility:
the approach to sustainable development goal 11 of the Global
Agenda - 2030

Maria Das Graças Ferraz Bezerra

Edna Cristina Cavalcante Santos 465

The dawn of the *Philosophy of Technology* in Ernst Kapp and
Gilbert Simondon for a critical outline of the current stage of *technical*
experience

Mariah Brochado Ferreira 507

The power of assembly in the practice of tolerance: the effects
of racial discrimination on the “Nba Bubble”

Cinthia Obladen De Almendra Freitas

Leonardo Rafael De Souza 559

The Brazilian Supreme Court and the public opinion: forms
of institutional strengthening

Estefânia Maria De Queiroz Barboza

Kamila Maria Strapasson 611

Cooperation between federated states and the contraction of
debt in light of the solidarity principle: the case of Rio Grande do Sul

Guilherme Camargo Massau

Pedro Olavo Satta Alam..... 653

Protocols of intent deals between the Public Administration
and private companies and their binding content: legal regime of
development contracts in Brazil

Luciano De Araújo Ferraz 689

The Social State crisis and the Coronavirus Pandemic: a
comparative analysis between the labor measures adopted during
the pandemic in Brazil, Portugal and Spain

Alexandre Castro Coura

Cássius Guimarães Chai

Gerlis Prata Surlo 705

How much does a Constitutional Pact cost? Reflections
on the constitutionalization of Neoliberalism in Brazil based on
Constitutional Amendment nº 95/2016.

Eric Ian Oliveira Guimarães

Pablo Georges Cícero Fraga Leurquin

Felipe Araújo Castro 741

Directives for contributions.....773

Editorial

É com grande satisfação que apresentamos a 128ª edição da Revista Brasileira de Estudos Políticos, uma publicação que continua a desempenhar um papel crucial na disseminação do conhecimento e na promoção de discussões ricas sobre temas que moldam nosso contexto político, social e jurídico. Com uma curadoria de artigos plurais, convidamos nossos leitores a se debruçarem sobre esses debates capazes de transformar nosso entendimento acerca da sociedade contemporânea.

Iniciamos esta edição com um estudo histórico que nos transporta à Pauliceia do início do século XIX. O professor Emérito Herbert Sanford Klein e o professor Doutor Francisco Vidal Luna oferecem uma análise detalhada da população e da estrutura domiciliar de São Paulo, explorando a evolução demográfica e social da cidade e fornecendo um contexto histórico valioso para entender suas transformações ao longo dos séculos.

Na sequência, o professor Doutor Carlos Bernal Pulido analisa como os tribunais constitucionais podem aumentar a legitimidade do direito internacional de investimento ao revisar tratados e promover deliberações sobre seu impacto nos direitos humanos. O estudo mostra que esses tribunais ajudam a negociar disposições mais equilibradas, garantindo transparência e previsibilidade no sistema.

O professor Doutor Mauro Tescaro demonstra que uma modernização geral do direito sucessório italiano, sem, no entanto, distorcer seus princípios orientadores, é necessário, embora em face do risco de intervenções normativas aproximativas ou até mesmo emergenciais, seja preferível a manutenção da estrutura atual.

A professora Doutora Grace Ladeira Garbaccio e Flávia Lubieska Neves Kischelewski exploram a importância do compliance, gestão de riscos e accountability na LGPD, como meio de governança e boas práticas, sublinhando que essas práticas reforçam as instituições ao transferir parte da responsabilidade de fiscalização do Estado para o setor privado, garantindo estabilidade financeira, integridade empresarial e preservação da reputação corporativa.

Em seguida, o professor Titular Emerson Ademir Borges de Oliveira também discute a governança, mas sob uma perspectiva de inserção popular nas decisões políticas e implementação de políticas públicas, enfatizando como ela promove um desenvolvimento responsável e sustentável.

Buscando ampliar o escopo fiscalizatório e fortalecer a accountability horizontal, o Doutor Antonio Blecaute Costa Barbosa destaca lacunas na aplicação das funções constitucionais e legais do controle externo, através da análise da atuação dos Tribunais de Contas do Brasil e da sua matriz de competência.

Propondo a Gestão Social como meio de fortalecer o diálogo interinstitucional somado a um protagonismo da sociedade civil, os autores doutores Andrielly Gomes de Jesus, Helierson Gomes, Helga Midori Iwamoto e Airton Cardoso Cançado exploram a judicialização da saúde e suas interfaces entre Estado e sociedade tendo como recorte o Estado do Tocantins.

A professora Doutora Maria Eugênia Bunchaft analisa a ADI 3239 do STF sobre o critério de autoatribuição para comunidades quilombolas, questionando estereótipos eurocêntricos nos votos dos ministros. O estudo sugere uma abordagem interseccional para proteger os direitos territoriais quilombolas, apontando a ausência de discussão sobre essa metodologia pelos ministros.

Os doutores Giovanni Olsson e Eduardo Baldissera Carvalho Salles, por sua vez, exploram a trajetória do conceito de desenvolvimento sustentável como direito humano desde 1986 até sua institucionalização na Agenda 2030 da ONU, destacando sua transformação para um modelo pluridimensional e suas implicações no direito internacional e no desenvolvimento global.

O professor Doutor Fabiano Teodoro de Rezende Lara e o Doutor Daniel dos Santos Rodrigues examinam a postura do STF frente ao Executivo no Brasil, argumentando que essa deferência não compromete os direitos fundamentais, mas visa assegurar legitimidade política e estabilidade democrática. A crítica à deferência surge da falta de compreensão histórica sobre como o abandono do paradigma de jurisdição administrativa após a transição para a República em 1889 influenciou a relação entre Direito e política.

A doutora Maria das Graças Ferraz Bezerra e Edna Cristina Cavalcante Santos discutem a insuficiência de estruturação nas cidades brasileiras que impede a mobilidade de pessoas com deficiência visual. O estudo aponta a carência de políticas públicas eficazes, baseadas em normas técnicas, como principal obstáculo. Utilizando dados do IBGE, constata-se que o Brasil está longe de atingir a meta 11.7 da Agenda 2030, com menos de 50% dos equipamentos necessários implementados.

Em seguida, a professora Titular Mariah Brochado explora a Filosofia da Tecnologia, uma nova disciplina que desafia as obviedades históricas relacionadas à tecnologia. O estudo traça as origens dessa disciplina, destacando as contribuições de Ernst Kapp e Gilbert Simondon. Brochado analisa como essa filosofia oferece novas perspectivas sobre o processo de artificialização da vida humana e a interação homem-máquina, destacando a necessidade de novos hori-

zontes críticos e éticos para enfrentar os desafios disruptivos do século atual.

A professora Titular Cinthia Obladen de Almendra Freitas e Doutor Leonardo Rafael de Souza analisam como a “Bolha da NBA” em 2020 se tornou um fórum contínuo de discussão entre jogadores, treinadores, dirigentes e imprensa, em resposta às manifestações contra a discriminação racial nos EUA. O estudo examina como a interação dentro da bolha transformou a tolerância em um método ativo de combate à intolerância racial. A “Bolha da NBA” criou um ambiente solidário e democrático, que expôs a injustiça da intolerância e influenciou mudanças político-eleitorais nas eleições presidenciais de 2020 nos EUA.

A professora Doutora Estefânia Maria de Queiroz Barboza e Kamila Maria Strapasson discutem o fortalecimento institucional do Supremo Tribunal Federal (STF) em um contexto de perda de capital político da Corte. O artigo sugere que mudanças na organização interna do tribunal, que atualmente destacam o poder individual dos ministros em detrimento da imagem institucional da Corte, são necessárias. A relação entre o STF e a mídia, a exposição dos ministros e a importância da teoria dos precedentes são analisadas, propondo cautelas nas decisões monocráticas. Conclui-se que é possível melhorar a reputação e a credibilidade do STF sem comprometer a qualidade de suas decisões jurídicas.

Em sequência, o professor Doutor Guilherme Massau e Pedro Olavo Satta Alam analisam a cobrança de juros sobre a dívida dos Estados-membros brasileiros, focando no caso do Rio Grande do Sul em relação à União. O estudo argumenta que o federalismo cooperativo do Brasil não permite a sobreposição de um ente sobre outro, especialmente em questões de cooperação para obrigações estatais. Empréstimos da União aos Estados devem incluir no máximo a

correção monetária, sem juros remuneratórios, para preservar a autonomia financeira dos Estados. A pesquisa utiliza metodologia hipotético-dedutiva e recursos de doutrina, jurisprudência e documentos para embasar suas conclusões.

Explorando os protocolos de intenção entre a Administração Pública e particulares, focando nas políticas de fomento e atração de empresas, o professor Doutor Luciano de Araújo Ferraz analisa a natureza jurídica desses protocolos como contratos de fomento regidos pelo direito privado, diferenciando-os das contratações públicas que seguem a Lei 14.133/21. Ferraz argumenta que o regime jurídico-administrativo impõe obrigações desiguais aos particulares, não sendo adequado para incentivar a instalação de empresas no país. A conclusão sugere que, sob o regime de direito privado, os particulares podem deixar de cumprir suas obrigações se a Administração Pública descumprir suas próprias.

O Doutor Alexandre Castro Coura, Doutor Cássius Guimarães Chai e Gerlis Prata Surlo analisam os impactos da pandemia de coronavírus e da revolução digital nas relações de trabalho, focando em uma comparação entre Brasil, Portugal e Espanha. O estudo examina a eficiência das medidas de proteção dos trabalhadores durante a crise do Estado Social, utilizando o método dialético para explorar as contradições entre a proteção da classe trabalhadora e a preservação do modo de produção capitalista. A pesquisa discute como a crise do Estado de Bem-Estar Social exacerbou os efeitos da pandemia e enfatiza a necessidade de fortalecer os valores sociais do trabalho, erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Por fim, o professor Doutor Pablo Georges Cícero Fraga Leurquin, professor Doutor Felipe Araújo Castro E Eric Ian Oliveira Guimarães, analisam como a Emenda Constitucional nº 95/2016 subverte o pacto constitucional de 1988. Em

uma pesquisa qualitativa descritiva-exploratória, com métodos bibliográficos e de análise documental, o estudo aborda o conceito de neoliberalismo e suas implicações no Brasil. O trabalho destaca os aspectos socioeconômicos do pacto de 1988 e discute as consequências da Emenda Constitucional nº 95/2016, concluindo que a recente constitucionalização do neoliberalismo distorceu o desenvolvimento originalmente previsto pelo poder constituinte.

Gostaríamos de expressar nossa gratidão aos autores pela dedicação e contribuições valiosas, essenciais para a qualidade e diversidade da revista. Agradecemos também aos leitores, cujo interesse e engajamento mantêm a relevância da revista e a difusão da ciência.

Professora Doutora Jamile Bergamaschine Mata Diz

Diretora da Revista Brasileira de Estudos Políticos